

A QUESTÃO DO ESTADO EM GRAMSCI: CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

HE ISSUE OF THE STATE IN GRAMSCI: CONSTRUCTION OF HEGEMONY IN TEACHER TRAINING

EL PROBLEMA DEL ESTADO EN GRAMSCI: CONSTRUCCIÓN DE LA HEGEMONÍA EN LA FORMACIÓN DE PROFESORES

Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é revisitar as contribuições gramscianas sobre o Estado integral e a construção de uma hegemonia em torno da formação de professores. Para atender a proposta, situa-se, inicialmente, os elementos sócio-históricos fundantes da análise do autor, inscritos num cenário de guerra, avanço do capital cosmopolita e surgimento do Estado fascista; resgata-se as bases teórico-analíticas do pensamento de Gramsci, a partir da singular contribuição dos escritos de Marx e Engels para formulação da noção de Estado integral; defende-se a atualidade do pensamento de Gramsci para o desvelamento da função do Estado na sociedade capitalista, principalmente para análise das estratégias contemporâneas de reorganização na formação de professores a partir de uma hegemonia.

PALAVRAS-CHAVE: Estado. Formação de Professores. Gramsci. Hegemonia

ABSTRACT: The objective of this article is to revisit the Gramscian contributions on the integral State and the construction of a hegemony around teacher education. To meet the proposal, the socio-historical elements underlying the analysis of the author are located, inscribed in a scenario of war, the advance of cosmopolitan capital and the emergence of the fascist state. Rescues the theoretical-analytical bases of Gramsci's thought, based on the unique contribution of the writings of Marx and Engels to the formulation of the notion of integral State. It is

¹ Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

defended the currentness of Gramsci's thought for the unveiling of the function of the State in capitalist society, mainly for the analysis of contemporary strategies, reorganization in the formation of teachers based on a hegemony.

KEYWORDS: State. Teacher training. Gramsci. Hegemony

RESUMEN: El objetivo de este artículo es repasar los aportes Gramscianos sobre el Estado integral y la construcción de una hegemonía en torno a la formación del profesorado. Para atender la propuesta, se ubican los elementos sociohistóricos que subyacen al análisis del autor, inscritos en un escenario de guerra, el avance del capital cosmopolita y el surgimiento del estado fascista. Rescata las bases teórico-analíticas del pensamiento de Gramsci, partiendo del aporte único de los escritos de Marx y Engels a la formulación de la noción de Estado integral. Se defiende la actualidad del pensamiento de Gramsci para el desvelamiento de la función del Estado en la sociedad capitalista, principalmente para el análisis de las estrategias contemporáneas, la reorganización en la formación docente basada en una hegemonía.

PALABRAS CLAVE: Estado. Formación de profesores. Gramsci. Hegemonía.

INTRODUÇÃO

Muito já se escreveu sobre Gramsci e a concepção de Estado aportado em seus estudos e não pretendemos apresentar aqui uma formulação original sobre o tema, mas sim contextualizar a questão, a fim de apresentar os elementos para a compreensão da hegemonia na construção de políticas públicas educacionais que tangenciam a formação de professores.

O estudioso e militante italiano Antônio Gramsci, considerado um dos maiores críticos da política do século XX, retoma conceitos e elementos filosóficos anteriormente desenvolvidos em Hegel, Marx, e Lênin sobre diversas categorias e realiza um avanço histórico na leitura de elementos da teoria política. Não entendemos se tratar de um revisionismo, pois Gramsci não altera as linhas metodológicas e basilares marxianas, mas trabalha com um movimento de superação dialético-histórica, derivada das múltiplas determinações que constituíam a sociedade naquele momento histórico vivenciado por ele, intimamente condicionadas por um cenário de guerra, avanço do capital cosmopolita

e surgimento do Estado fascista. Gramsci apresenta como uma das questões inovadoras na teoria política o conceito de “Estado integral”.

O trabalho realizado por Gramsci estava situado em uma turbulência de movimentos históricos: o primeiro conflito mundial; a revolução e a eclosão da primeira etapa da guerra, fria e quente, contra a Rússia soviética; o processo de radicalização ideológica e política do movimento operário no Ocidente; o despertar dos povos coloniais e as persistentes ambições imperialistas das grandes potências liberais; o advento do fascismo, que trouxeram novas categorias de análise para a compreensão da realidade para as sociedades contemporâneas de uma forma condizente com sua realidade concreta e a partir da noção da historicidade, totalidade e contradição que determinou os fenômenos existentes. Assim, passamos a apresentar o momento histórico que levou Gramsci a se perguntar sobre os elementos do exercício de reflexão, crítica e ação que possibilitariam a criação de uma nova ordem social, tendo o contexto da possibilidade da revolução e emergindo o contrário: o fascismo.

AS MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES DO PROCESSO HISTÓRICO

O primeiro contato de Gramsci com discussões políticas presentes naquele momento histórico acontece por intermédio de seu irmão, Gennaro Gramsci, que enviava com certa frequência os artigos publicados no jornal *Avanti!*, considerado órgão central do Partido Socialista Italiano (PSI). Em 1910, residindo em Cagliari e frequentando o último ano do Liceu Dettori, Gramsci redige um ensaio escolar nomeado “Oprimidos e Opressores”, posteriormente publicado no jornal *Unione Sarda*. A presença de um sentimento regionalista e idealista, presente no texto em função das contradições e problemas presenciados por Gramsci na região sul da Itália, é próprio dessa fase inicial de formação. (COUTINHO, 1989, p. 1-2).

As influências de Croce e Gentile foram importantes nesse período inicial de formação do jovem Gramsci, dado que a partir das críticas feitas por esses neohegelianos ao cientificismo empírico e positivista, Gramsci aprimorou sua compreensão sobre o caráter transformador da ação humana na realidade. Assim, Gramsci começa sua vida

política e intelectual próximo das discussões liberais, embora com vivo interesse por Marx que tem uma interpretação mediada pela leitura dos autores Croce e Gentile, cujos pensamentos, posteriormente, são analisados e desconstruídos por Gramsci. Assim, a vida em Turim, centro político e econômico, a aproximação com o Partido Socialista Italiano (PSI), a aproximação com o proletariado, a revolução russa e outros elementos foram dando novas perspectivas de compreensão e práxis do marxismo.

A atividade política de Gramsci o deixava atento às disputas internas do partido, mas entre 1914 e 1918, sua atenção estava mais voltada para a vida cultural da seção socialista em Turim, onde ministrava conferências e escrevia para jornais, preocupando-se com a formação cultural dos jovens e o operariado. Em 1919, Gramsci juntamente com Tasca, Togliatti e Terracini fundam o jornal *L'Ordine Nuovo*, a fim de atuar como centro de criação e difusão da cultura socialista para criar as condições da transformação revolucionária.

Nos anos de 1921 e 1922, os temas dominantes para os escritos dos jornais, redigidos na situação da guerra civil, perpassam as escolhas fundamentais do movimento operário e a experiência prática dos conselhos de fábrica em Turim, bem como a apropriação por parte de Gramsci de inspiração leninista. No Partido, verifica-se o processo de distinção do reformismo e do maximalismo dentro da ações do PSI, momento em que Gramsci participava como membro e, embora não fosse chefe do partido, propõe novos elementos para a função e ação do PSI.

Adentremos no debate entre reformistas e maximalistas (1919). Os reformistas apostavam numa interpretação determinista da leitura de Marx em que uma catástrofe no interior do próprio sistema capitalista, um verdadeiro colapso estrutural provocaria, por consequência e inevitavelmente, a irrupção da classe operária. Gramsci era árduo combatente desse pensamento que desconsidera as conquistas intermediárias e a centralidade da práxis na formação do ser social de modo a evitar qualquer compromisso com a ordem vigente, orientando as ações (ou melhor, omissões) à espera do “Grande Dia” chegar. Os reformistas compreendiam a revolução proletária como resultado de uma

inexorável lei do desenvolvimento econômico, de modo que o progresso das forças produtivas fomentaria a polarização de classes e conduziria à crise de tipo catastrófica.

Os maximalistas se orientavam por uma concepção que exigia “a continuidade da revolução, o ritmo da revolução e, portanto, a própria revolução”. Os maximalistas eram a encarnação da “ideia-limite de socialismo”, sem qualquer compromisso com o passado, como afirma Gramsci num artigo de 28 de julho de 1917, “I massimalisti russi” (“os maximalistas russos”). Gramsci insistia que a revolução não podia ser interrompida e que deveria superar o mundo burguês, e os maximalistas eram a força que se opunha a essa interrupção e, por conta disso, “o último elo lógico do devir revolucionário”. No raciocínio de Gramsci, a totalidade do processo revolucionário estava encadeada e era impulsionada em um movimento no qual os mais fortes e mais determinados conseguiriam arrastar os mais fracos e mais confusos; entretanto, os maximalistas eram contra o uso da guerra para a conquista revolucionária. A questão das correntes dentro do Partido Socialista se coloca na ordem do dia em toda a Europa, pois se trata do movimento para e em torno da Revolução.

Gramsci, entre 1924 e 1926, incorpora em suas reflexões o exame do reformismo e se distancia dos maximalistas, entendendo que é apenas uma variante do oportunismo da direita e centristas no partido e que detém o mau governo da classe operária. Nesse período, Gramsci construiu o conceito de partido como parte da classe operária e não como órgão investido, a priori, de uma função de síntese e de direção (Escritos Políticos, 1976). Gramsci, em 1924, torna-se deputado e uma grande referência intelectual e militante para o PSI que assume uma posição mais ampla, abandonando os sectarismos.

Em 08 de novembro de 1926, Gramsci é preso pelo regime fascista de Benito Mussolini, como forma de “calar” o intelectual sardo. Com sua prisão, deu-se início à uma nova fase de produção intelectual de Gramsci, dedicada a realizar um trabalho “füe ewig”, desinteressado. As condições enfrentadas durante o encarceramento apenas proporcionaram uma maior liberdade analítica e um certo afastamento das questões imediatas e circunstanciais em prol de um trabalho mais sistemático e de caráter universal. Os primeiros registros de escritos são de fevereiro de 1929, momento em que recebeu

autorização para escrever e estudar na prisão. Toda a bagagem de experiência recebida durante a militância e a produção intelectual anteriores ao cárcere atuam como suporte de reflexão para os escritos carcerários, de modo que muitos elementos foram novamente retomados e melhor articulados, assim foi como a preocupação em torno do papel do Estado que possibilitou a formulação do conceito de “Estado Integral”.

A TEORIA DO ESTADO INTEGRAL: SOCIEDADE CIVIL E SOCIEDADE POLÍTICA

O conceito de Estado integral já foi amplamente discutido por vários autores (BUCI-GLUCKMANN, 1980; SOARES, 1992; DIAS, 1996; COUTINHO, 2003; LIGUORI, 2007; BIANCHI, 2008); portanto, a proposta deste estudo é verticalizar alguns elementos sobre o tema e a relação hegemonia-formação de professores.

A primeira questão é entender por que a questão do Estado emerge com força nos estudos de Gramsci no período do cárcere. O contexto vivido pelo autor mostra que apesar da vitória da Revolução de Outubro e da ebulição dos partidos comunistas em todo o continente europeu, o movimento operário não foi vitorioso em nenhum país da Europa. Pelo contrário, o que ocorreu foi uma recomposição do poder burguês, demonstrada em todo vigor via fascismo e nazismo (ACANDA, 2006). Assim, como militante do partido comunista e preso político do regime autocrático italiano, a grande questão que tocava Gramsci era: por que podendo realizar a revolução, há ascensão da burguesia conservadora? Ou seja, por que perdemos? (ACANDA, 2006). Este foi o fio condutor das reflexões no cárcere a fim de contribuir para um redimensionamento da luta revolucionária. Na busca da resposta para sua indagação, Gramsci mantém a perspectiva revolucionária na estrutura, mas se dá conta de que o poder não está circunscrito apenas no campo econômico, ou na organização operária, ou mesmo na tomada do Estado, mas tem relação com a formação de um bloco histórico quando diz:

na análise destas afirmações, creio, leva a reforçar a concepção de bloco histórico, enquanto as forças materiais são o conteúdo e as ideologias a forma, sendo esta distinção de conteúdo e de forma puramente dialética, posto que as forças materiais

não seriam concebíveis historicamente sem forma e as ideologias seriam caprichos individuais sem a força material (Gramsci, 1971, p. 57).

O autor apresenta a compreensão e luta por meio de um sistema conceitual completo que se apresenta de forma unitária e complexa do poder nas sociedades capitalistas contemporâneas (ACANDA, 2006). Nesse sentido, emerge a categoria do Estado e política, ainda pouco explorada pelo marxismo.

Gramsci, para formular as suas ideias sobre o Estado, utiliza como referência a mediação fundamental de Hegel e sobretudo de Marx, discordando da aproximação deste autor com os teóricos Hobbes, Locke e Rousseau, muito embora esses pensadores, e em particular Rousseau, foram tomados como fonte de estudo e não referência (MEDICI, 2007). A doutrina oficial do marxismo sobre o tema do Estado, como é sabido, foi formulada por Friedrich Engels, retomando a temática saint-simoniana do desaparecimento do Estado como anulação da dimensão do político como tal e do governo da sociedade como simples administração das coisas; era o Estado burocrático. Marx tinha ligado a existência do Estado ao domínio de classe, sem posteriormente colocar em dúvida essa análise: o comunismo como superação da alienação capitalista previa o desaparecimento de tal domínio conjuntamente com as classes, isso deveria ser acompanhado pela abolição da propriedade privada e da divisão do trabalho com o fim de obter a superação de todos os fenômenos alienantes conectados à produção de mercadorias. Gramsci apresenta, como uma das questões inovadoras na teoria política, o conceito de “Estado integral” a partir da assimilação de elementos filosófico-políticos de Lênin, e estes relacionados à hegemonia que supera o entendimento de hegemonia enquanto mera aliança de classes (conforme pensara Lênin), por sua vez, estruturadas segundo uma interpretação autêntica do método materialista histórico.

Assim, em Gramsci, o Estado é visto com uma função ampliada, a da educação por meio do consenso e a força

§2. O Estado e a concepção do direito. A revolução provocada pela classe burguesa na concepção do direito, e, portanto, na função do Estado consiste especialmente na vontade de conformismo (logo, eticidade do direito e do Estado). As classes dominantes precedentes eram essencialmente conservadoras, no sentido de que não tendiam a assimilar organicamente as outras classes, ou seja, a ampliar 'técnica' e ideologicamente sua esfera de classe: a concepção de casta fechada. A classe burguesa põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: o Estado torna-se 'educador', etc. De que modo se verifica uma paralisação e se volta à concepção do Estado como pura força, etc. A classe burguesa está 'saturada': não só não se difunde, mas se desagrega; não só não assimila novos elementos, mas desassimila uma parte de si mesma (ou, pelo menos, as desassimilações são muitíssimo mais numerosas do que as assimilações). Uma classe que se ponha a si mesma como passível de assimilar toda a sociedade e, ao mesmo tempo, seja realmente capaz de exprimir este processo leva à perfeição esta concepção do Estado e do direito, a ponto de conceber o fim do Estado e do direito, tornados inúteis por terem esgotado sua missão e sido absorvidos pela sociedade civil (GRAMSCI, 2007, p. 271).

Essa reflexão original de Gramsci é concluída naquela que ficou conhecida como a "concepção integral" do Estado. Tal elaboração é aprofundada nos Cadernos em que o autor compreende e explicita que o Estado não poderia ser entendido apenas como um aparelho governamental (executivo, legislativo, judiciário, exército), à medida que nas sociedades ocidentais há um conjunto de organizações que concorrem para dar forma à atuação do Estado e que cumprem papel importante na construção e manutenção da hegemonia da classe dominante. Para Gramsci, o Estado é a própria sociedade organizada de forma soberana, ou seja, constituída de instituições complexas, públicas e privadas, cujo papel histórico varia entre as diferentes lutas, tempos e relações de grupos específicos e poderes que se articulam pela busca da garantia da hegemonia de seus interesses.

Dessa forma, o Estado não tem apenas uma natureza instrumental-burocrática, mas o papel de garantir e proteger a legitimação e acumulação do capital na busca de uma

ordem e harmonia, conciliando por meio do consenso e/ou força o conflito presente na sociedade devido à luta de classes. O Estado matinha o caráter classista, sendo o comitê de negócios da burguesia, mas também foi pressionado a atender algumas demandas das classes subalternas. Gramsci constata também que o monopólio da violência e a coerção não eram mais suficientes para a manutenção da ordem social: fazia-se necessário organizar novas formas de estabelecer o consenso, tarefa que passou a ser empreendida pelo Estado, através da formulação e disseminação de um conjunto de valores e normas políticas, sociais e culturais.

Gramsci aborda a formação do Estado a partir da articulação em dois níveis/planos distintos que mantêm entre si uma inter-relação recíproca, quer seja sociedade civil ou sociedade política. As reflexões sobre a sociedade civil e a sociedade política já estavam presentes em Hegel e Marx, mas com a formulação gramsciana o conceito de sociedade civil ganha uma nova forma, mais concreta e propriamente vinculada às novas determinações próprias daquele momento histórico e este, por sua vez, caracterizado pelo desenvolvimento das forças produtivas e a pela maior socialização da política.

O conceito de Estado, em sentido integral, remete a dois planos na superestrutura com a junção destes: a) sociedade política (Estado em sentido estrito, Estado-coerção): formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos coercitivos ou repressivos de Estado, controlados pelas burocracias. Por meio da sociedade política, as classes exercem sempre uma ditadura, uma dominação mediante coerção; b) sociedade civil (Estado ético): organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo as escolas, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, os meios de comunicação etc. No âmbito e por meio da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia (buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso).

Conforme afirma Gramsci, no Caderno 12:

[...] Por enquanto, podem-se fixar dois grandes 'planos' superestruturais: o que pode ser chamado de 'sociedade civil' (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como 'privados') e o da 'sociedade política ou Estado', planos que correspondem, respectivamente, à função de 'hegemonia' que o grupo dominante e exerce em toda a sociedade e àquela de 'domínio direto' ou de comando, que se expressa no Estado e no governo 'jurídico'. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os 'prepostos' do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso 'espontâneo' dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce 'historicamente' do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura 'legalmente' a disciplina dos grupos que não 'consentem', nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2001, p. 20-21).

Para Gramsci, a sociedade política e a sociedade civil formam um "par conceitual" que marca uma "unidade na diversidade" e, embora o autor insista na diversidade estrutural e funcional das duas esferas, não nega o seu momento unitário, pois há

[...] certas características do conceito de Estado, o qual geralmente é entendido como sociedade política (ou ditadura ou aparato de coerção) [...] e não como equilíbrio entre a sociedade política e a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional), exercida por meio de organizações que costumamos considerar privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas etc. (Gramsci, 2007, p. 272).

Depreende-se, portanto, que a existência do Estado se apresenta na unidade do conformismo social e das diferentes formas de coerção, elementos da composição da hegemonia, ou seja, a classe dominante não mantém o poder apenas pela coerção, por isso a tomada do poder não significa em si a revolução. Deve-se ficar atento às operações no campo da superestrutura, englobando as questões culturais e jurídico-política do

Estado burguês, complementadas por um conjunto de organismos sociais (igrejas, sindicatos, partidos políticos, escolas, meios de comunicação etc.) que tem o papel de adequar, mediante a obtenção do consenso, as classes subalternas ao projeto político capitalista e que respondem também pela necessidade do capital de sistematizar, organizar e legitimar aquilo que a coerção direta e a violência aberta não são capazes de garantir duradouramente. Neste quadro, o Estado deve ser concebido como educador, como Estado ético:

todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes neste sentido: mas, na realidade, para este fim tende uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes (GRAMSCI, 2002 p. 382).

A questão do conformismo social é a tarefa educativa e formativa do Estado, cujo objetivo sempre se caracteriza pela criação de novos e mais elevados tipos de civilização e de cidadão e, portanto, de convivência e de relações individuais. Sua finalidade

é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade (GRAMSCI, 2002, p. 23).

Nesse sentido do Estado Educador, Gramsci reelabora o conceito hegemonia como instrumento de elaboração, difusão e interiorização da noção de vontade livre na consciência popular, ou seja, a aceitação inquestionável da ordem social capitalista. É uma dimensão inerente à dominação econômico-política que é substancial para a aceitação da ordem do capital, uma vez que sedimentam formas de visão de mundo, tais como: i) a aparência de uma relação contratual igualitária entre trabalhadores e

capitalistas; ii) a ocultação da exploração que está na base da relação capitalista; iii) a sobrevivência legal e aceita da propriedade privada, iv) a premissa de que o Estado é uma ideia universal. A hegemonia, portanto, é resultado de uma criação da vontade coletiva, num movimento “catártico” de superação de seus interesses puramente ‘econômico-corporativistas’, com vistas à criação do ideal de consciência ‘ético-política’. Gramsci pensa a hegemonia como processo específico de construção da vontade ou do querer coletivo, seja na dimensão política ou nas diversas dimensões da vida cultural.

Portanto, para Gramsci, a atuação e a prática revolucionária passa necessariamente pela crise orgânica (institucional), pela ruptura como a sociedade capitalista, pela tomada do poder, pela destruição do Estado burguês e fundação do ‘Estado-Classe’ e pela implantação da nova ordem socialista-comunista. Sua contribuição sugere alteração no pensamento presente em sua época acerca do processo de tomada do poder, propondo assim que não basta a tomada de poder do Estado, como propunha Lênin, mas é necessário a construção da hegemonia do povo na sociedade civil.

Sendo assim, quando Gramsci aponta a dissolução do Estado não está postulando uma sociedade sem Estado, mas sim a superação do Estado capitalista, portador de violência e abuso, de guerras e divisões; refere-se, na realidade, a uma nova sociedade que cria um novo tipo de Estado, o Estado-Classe, onde são extintos os mecanismos do Estado-coerção, da sociedade política, e se mantém preservados os organismos da sociedade civil, os quais se convertem nos portadores materiais do autogoverno dos produtores associados (COUTINHO, 1999).

O que se percebe da análise gramsciana é que não há uma cisão entre estrutura e superestrutura, mas sim a concepção de um bloco histórico que necessita ser analisado e compreendido no tempo da história para se compreender o papel do Estado já que não haveria primeiro uma estrutura e depois uma superestrutura, mas um vínculo orgânico e dialético entre elas, correspondente a uma organização social concreta. Nesse sentido, a proposta da análise, neste estudo, verticaliza-se nas estratégias contemporâneas de reorganização para a formação de professores a partir da hegemonia burguesa.

ESTADO E A CONSTRUÇÃO DE HEGEMONIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O período que compreende o final dos anos 1980 e início dos 1990 representou, no cenário brasileiro, uma conjuntura de mudanças políticas e econômicas. Essas mudanças foram difundidas, sobretudo, pelo discurso ideológico de que era imprescindível reformular o papel do Estado, a fim de incluir o Brasil no mundo “globalizado”. O professor passa a desempenhar cada vez mais um papel político significativo no cenário nacional, segundo as reformas educativas, uma vez que a capilaridade da sua atuação contribui de modo decisivo para a propagação de práticas culturais corporativas, proporcionando, assim, a socialização do conhecimento, especialmente o conhecimento relacionado ao pensamento social na construção de uma hegemonia.

O professor assume o papel de disseminador da pedagogia para as novas faces da hegemonia, quer seja pelo expressivo número de profissionais, quer seja pela influência que exerce tanto na formação técnica como na ética e na política das novas e futuras gerações de estudantes. Dessa maneira, a formação e a prática desses profissionais adquiriram uma progressiva relevância estratégica para a construção e a consolidação de qualquer projeto político-social na atualidade brasileira.

Essa perspectiva tem sido trabalhada pelos organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e posto em prática pelo poder público de modo a assegurar que a escola esteja a serviço de convencer e tornar cada vez mais hegemônicos os princípios, valores e hábitos que orientam a concepção de mundo sob a égide do capital, construindo o perfil de um homem e trabalhador adaptativo à sociedade capitalista. Como bem afirma Neves (2005, p. 16):

[...] como estratégia de legitimação social da hegemonia burguesa, o Estado brasileiro, enquanto Estado educador, redefine suas práticas, instaurando, por meio de uma pedagogia da hegemonia, uma nova relação entre aparelhagem estatal e sociedade civil, com vistas a estabilizar, no espaço brasileiro, o projeto neoliberal de sociabilidade.

Dessa maneira, é exatamente no período de redefinição dos fundamentos e das práticas do Estado brasileiro, vejamos que estamos com a Base Nacional Comum Curricular e com a Base Nacional Comum Curricular para a Formação de Professores que apontam na perspectiva da consolidação e do aprofundamento do projeto burguês com práticas pedagógicas constitutivas da corrente da pedagogia da hegemonia. Decorre daí o entendimento, aqui partilhado, de que a burguesia enxerga a escola como um aparelho para a produção de “consensos” e acomodação dos indivíduos na divisão social do trabalho, levando-os a cumprirem pacificamente determinados papéis sociais.

Importante destacar que existe toda uma pressão ideológica hegemônica no pensamento educacional que perpassa as políticas de formação inicial e continuada de professores que, ao abraçarem concepções teóricas que Duarte e Martins (2010, p. 34) denomina de “negativas”, remam contra a possibilidade de superação dos antagonismos e da própria sociedade de classes, na medida em que pregam a possibilidade de resolução dos problemas sociais, mas contraditoriamente, naturalizam-nos e tomam sua resolução em questões pontuais e pragmáticas. Tal naturalização dos problemas e, conseqüentemente, das relações sociais se respaldam em elementos do pragmatismo, no empreendedorismo, na criatividade e no individualismo. As pedagogias do “aprender a aprender” não constituem novidade do nosso tempo; embasam-se no movimento escolanovista do início do século passado, cujo destaque deve ser dado ao filósofo americano John Dewey que, em sua produção acadêmica, defendia a ideia de que a educação não deveria restringir-se à transmissão do conhecimento como algo acabado, mas que o saber e habilidades adquiridas pelos alunos pudessem ser integrados à sua vida no cotidiano, ou seja, uma educação adaptativa, pragmática e flexível; logo, distante da reflexão da realidade da sociedade de classes.

Essas teorias pedagógicas hegemônicas vislumbram um aluno que seja capaz de construir e ressignificar o conhecimento, tirando, portanto, o foco do ensino aprendizagem do professor, que passa a ser visto como um mediador restrito, um orientador ou facilitador, entre outras tantas possibilidades. Na atualidade, essas teorias estão em sintonia com o universo ideológico neoliberal na medida em que se transvestem,

quando convém, de roupagens adaptativas frente às necessidades ideológicas do capitalismo e

de um discurso que alerta para a existência de uma aceleração vertiginosa das mudanças na tecnologia, nas relações de trabalho, nos valores culturais, nas atividades cotidianas, nas relações econômicas e políticas internacionais. Mudança é a palavra da moda. O aluno deve ser preparado para viver numa sociedade em permanente e cada vez mais rápida mudança. O professor deve aprender a conviver com mudanças constantes em seu trabalho e a participar ativamente essas mudanças. Os pesquisadores devem estar dispostos a abandonar seus paradigmas e abraçar os paradigmas da moda. O trabalhador deve estar sempre disposto a mudar de um trabalho para outro, tendo o desemprego constantemente intercalando essa passagem. O consumidor deve estar sempre apto a comprar um modelo mais novo de um determinado produto, a experimentar outra marca, a sentir necessidade de um novo tipo de produto. O “aprender a aprender” significa educar indivíduos adequados à dinâmica do capitalismo (DUARTE, 2006 p. 156 -157).

Assim, a educação escolar neoliberal visa formar homens empreendedores, do ponto de vista técnico, e homens colaboradores, do ponto de vista ético-político, ou seja, homens que não mais confrontam valores, conceitos e práticas de exploração e de dominação, limitando sua intervenção técnica e sócio-política ao aprimoramento das relações sociais vigentes (NEVES; PRONKO; SANTOS, 2007). Assim sendo, a pedagogia da hegemonia consiste em uma educação em conformidade com uma nova sociabilidade, na qual os sentidos de democracia, cidadania, ética, por exemplo, são redefinidos de acordo com os interesses privados do capital nacional e internacional. Para tanto, o respectivo processo pedagógico objetiva conduzir a um movimento de (re)educação dos indivíduos, propondo-se a estabelecer uma ponte entre os projetos sociais do mundo do capital e do mundo do trabalho. Logo, pode-se entrever que a pedagogia para a hegemonia é produzida e reproduzida pelo próprio Estado e por seus aparelhos públicos. Nas palavras de Gramsci (2011, p. 49):

na escola atual, em função da crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, predominam sobre a escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvada como democrática, quando, na realidade, não só é destinado a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las em formas chinesas.

A proposta apresentada para a formação de professores na BNC-Formação de Professores, Resolução n. 02/2019, ocorreu por intermédio da perspectiva de profissionalização, conceito que pressupõe profissionalizar os docentes mediante a concepção de competência, centrada na dimensão do saber-fazer que almeja superar a dicotomia entre a prática educativa e a vida, de tal modo que, “buscando retirar do mestre a identidade construída ao longo da história de seu ofício, esvaziando-a de seu sentido original [...], procura construir uma outra mentalidade, competitiva e individualista por excelência” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2000, p. 99). Esse movimento é denominado “Pedagogia das Competências” e tem como objetivo propor um ensino em que o sujeito aprendente precisa se adaptar, de maneira constante, às demandas do mercado de trabalho, seguindo, assim, seus princípios de flexibilização, criatividade e competição. Isso demonstra que o mercado é o parâmetro pelo qual a educação e, conseqüentemente, a formação de professores passaram a ser orientadas (LAMARE, 2011, p. 96).

Aliada à Pedagogia das Competências a política para a formação de professores é revestida também da Pedagogia Neotecnicista que retoma algumas bases do tecnicismo, mas agora apresentado sob a forma de um processo de ensino e aprendizagem centrado na padronização curricular e nos resultados, no qual se propõe a técnica-instrumental dos anos 1970, revestida das metodologias ativas para, assim, garantir a “eficiência e a produtividade” na formação de sujeitos criativos, flexíveis e adaptativos na educação. Assim, o neotecnicismo pedagógico se faz presente nas atuais políticas educacionais da formação de professores, tomando como centralidade o reducionismo tecnicista – em que a formação de professores deixa a dimensão acadêmica para a dimensão

experimental/instrumental/pragmática e coloca a ênfase nas competências e habilidades dos professores e alunos para atingirem as metas e os resultados pré-estabelecidos, como preconiza a Resolução CNE/CP 02/2019 BNC- Formação de Professores (CURADO SILVA, 2020).

A educação, nesse caso, a formação de professores passa a ser vista como um instrumento para o desenvolvimento econômico, para o ajustamento dos indivíduos ao chamado mercado de trabalho, deixando, em segundo plano, a questão da educação como instrumento de emancipação humana, de participação, de interferências nas questões políticas, de expressão de pontos de vista sobre o modo de condução da coisa pública. Entretanto, não nos esqueçamos do movimento dialético e contraditório da educação, haja vista que representa um espaço de disputa, pois ao mesmo tempo em que atua como reprodutora dos valores do capital, também representa o lugar em que a classe trabalhadora pode instituir probabilidades de transformações dessa lógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o conceito de Estado integral em Gramsci, observamos que ele se constituiu em importante referencial teórico para analisar políticas educacionais muito específicas, apresentando-se como uma perspectiva epistemológica, o materialismo histórico ou filosofia da práxis e ou, para a análise concreta de objetos específicos, como no caso apresentado, as políticas para formação de professores na construção de hegemonia pedagógica.

Entende-se, portanto, que a concepção de política para a formação de professores da educação básica tem-se assentado na defesa da formação na pedagogia da competência, na perspectiva do neotecnicismo. A análise das políticas educacionais, no que se refere à formação de professores, nos remete à busca pela compreensão das prioridades e compromissos que se delineiam e retrata, assim, interesses e funções alocadas a essas políticas no quadro dos constantes padrões de intervenção estatal, tanto da sociedade civil quanto da sociedade política.

Sabemos que a escola por si só não apontará a revolução socialista como alternativa para a classe trabalhadora se libertar da opressão; em seu interior, assim como em outros núcleos sociais, existe uma forte carga da hegemonia burguesa que defende seus interesses, utilizando inclusive da construção de uma escola dual, de forma que possa resguardar uma formação ampla dos conhecimentos produzidos pela humanidade a si mesma, apartando esse universo cultural dos alunos da escola pública com o argumento de que eles não necessitam dominá-los, uma vez que em sua realidade social não farão uso deles.

Entendemos a necessária e urgente luta no âmbito do Estado integral para a constituição de uma hegemonia da classe trabalhadora em relação à educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada. Nesse sentido, faz-se necessário que professores tenham uma formação sólida que só será possível dentro das universidades públicas que trabalhem com projetos pedagógicos pautados na epistemologia da práxis numa perspectiva de superação do modelo social existente e não de m=eras adaptações ou pequenas reformas. Não percamos a esperança do contraditório e da luta; em cada momento histórico existe a possibilidade da construção de um novo bloco histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACANDA, J. L. **Sociedade civil e hegemonia**. Tradução de Lisa Stuart. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2006.

BIANCHI, Alvaro. **O laboratório de Gramsci**: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda. 2008.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação CNE/CP. **Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

BUCCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o estado**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CURADO SILVA, K.C.P. a (de) Formação de professores na Base Comum Curricular. In: UCHOA, Antonio Marcos da Conceição; LIMA, Átila de Menezes; SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza (Orgs.) **Diálogos críticos**, volume 2: reformas educacionais: avanço ou precarização da educação pública. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

DIAS, Edmundo Fernandes. Sobre a leitura dos textos gramscianos. In: DIAS, Edmundo Fernandes et al. **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 105-122.

DUARTE, Newton.. **Vigotski e o “Aprender a Aprender”**: Crítica às Apropriações Neoliberais e PósModernas da Teoria Vigotskiana. Campinas: Autores Associados. 2006.

DUARTE, N. e MARTINS, L. M, orgs. **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

COUTINHO, C. N. **Gramsci, estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro, 1989.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

_____. **Cadernos do cárcere**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Edição Carlos Nelson Coutinho.

_____. **Cadernos do cárcere**. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Edição Carlos Nelson Coutinho.

_____. **Cadernos do cárcere**. v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Edição Carlos Nelson Coutinho.

_____. **Cartas do cárcere (1926-1930)** v. 1-2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3. 3ª edição. Maquiavel: Notas Sobre o Estado e a Política. Edição Carlos Nelson Coutinho Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007

_____. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Organizador: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Escritos Políticos** Vol. I. 1914-1919, Seara Nova. 1976.

LAMARE, F. F. **Avanços e contradições nas políticas de formação de professores no Brasil contemporâneo**: o caso do ProInfantil. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional em Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

LUGUORI, Guido. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, C.N.; TEIXEIRA, A. de P. (Orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MEDICI, R. Gramsci e o Estado: para uma releitura do problema. **Rev. Sociol. Polit.** [conectados]. 2007, n. 29 [citado 2020-07-09], p.31-43. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782007000200004&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1678-9

NEVES, L. M. W. **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A. P.; SANTOS, M. A. C. **Debates e síntese do Seminário Fundamentos da Educação Escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2007.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

Recebido em 12 de fevereiro de 2023

Aceito em 13 de abril de 2023

Editado em maio de 2023